



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
CANIL REGIONAL - CANIL/DELEX/DPF/FIG/PR e CANIL/DPF/GRA/PR

TERMO DE REFERÊNCIA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

Processo nº 08389.007212/2022-36

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU
PREGÃO Nº. 02/2023
(Processo Administrativo nº. 08389.007212/2022-36)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de Serviço Médico Veterinário e de Tratador de Cães, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. **GRUPO 01:** Prestação de Serviços no Canil da Sede da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu:

Grupo	Item	Descrição	Categoria	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário de Referência R\$	Valor Total de Referência R\$
1	1	Serviços veterinários programados - TRATADOR, para atendimento aos 4 cães da DPF/FIG/PR, conforme item 8.1.2 deste Termo de Referência e Planilha - Anexo II.	Contínuo	25143	Unidade	12	R\$ 8.401,66	R\$ 100.819,92
	2	Serviços veterinários programados - VETERINÁRIO, para atendimento aos 4 cães da DPF/FIG/PR, conforme item 8.1.3 deste Termo de Referência e Planilha - Anexo II.	Contínuo	14001	Unidade	01	---	R\$ 34.819,92
	3	Serviços veterinários eventuais - SOB DEMANDA, para atendimento aos 4 cães da DPF/FIG/PR, conforme item 8.1.4 deste Termo de Referência e Planilha - Anexo II.	Eventual	14001	Unidade	01	---	R\$ 247.019,33
VALOR TOTAL ANUAL								R\$ 382.659,17

1.3. **GRUPO 02:** Prestação de Serviços no Canil da Sede da Delegacia de Polícia Federal em Guairá:

Grupo	Item	Descrição	Categoria	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário de Referência R\$	Valor Total de Referência R\$
2	4	Serviços veterinários programados - TRATADOR, para atendimento aos 3 cães da DPF/GRA/PR, conforme item 8.1.2 deste Termo de Referência e Planilha - Anexo II.	Contínuo	25143	Unidade	12	R\$ 7.249,995	R\$ 86.999,94
	5	Serviços veterinários programados - VETERINÁRIO, para atendimento aos 3 cães da DPF/GRA/PR, conforme item 8.1.3 deste Termo de Referência e Planilha - Anexo II.	Contínuo	14001	Unidade	01	R\$	R\$ 24.022,50
	6	Serviços veterinários eventuais - SOB DEMANDA, para atendimento aos 3 cães da DPF/GRA/PR, conforme item 8.1.4 deste Termo de Referência e Planilha - Anexo II.	Eventual	14001	Unidade	01	R\$	R\$ 183.902,00
VALOR TOTAL ANUAL								R\$ 294.924,44

- 1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum continuado, sem dedicação de mão de obra exclusiva, de Médico-Veterinário.
- 1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nas tabelas acima.
- 1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. O objeto foi dividido em 02 (dois) Grupos de itens em função da inter-relação entre os mesmos, de modo a se admitir a contratação de empresas diferentes por Grupo, aumentando assim a competitividade.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
 - 5.1.2. Para comprovação da conformidade com os termos do edital, antes da assinatura do Contrato, as possíveis Contratadas para fornecimento dos serviços elencados serão vistoriadas por junta composta de 02 (dois) servidores a ser designada pelo Chefe da DPF/FIG/PR, os quais emitirão Termo e Vistoria aprovando ou desaprovando, mediante justificativa.
 - 5.1.3. É necessário que a(s) empresa(s) que prestará(ão) os serviços tenha(m) sede ou filial, ou ainda, o local de atendimento distante no máximo 16 km (dezesesseis quilômetros) da sede da Delegacia do Grupo a qual está concorrendo e disponha de atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados. A contratação de empresa que atenda o animal em localidades com distâncias superiores a 16 km (dezesesseis quilômetros) pode causar prejuízos ao Canil da Polícia Federal por impossibilitar deslocamentos urgentes em curto espaço de tempo, sendo que distâncias maiores que a estabelecida será analisada pela equipe técnica por critérios de conveniência.
- Justificativa: dada a natureza de serviços como atendimento urgente ou emergencial aos animais, coleta de sangue para exames (evitar que o sangue coagule e se torne impróprio para os exames), transporte de animais para atendimento na sede da Contratada, vacinas (inutilização de vacinas por conta do transporte), entrega urgente de medicamentos, dentre outros.**
- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos na descrição da solução dos Estudos Técnicos Preliminares e obrigações da contratada como requisito previsto em lei especial.
- 6.2. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;
- 6.3. Os serviços a serem executados deverão ainda obedecer a todas as normas existentes atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas: a) Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; b) Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 - que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; c) Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
- 6.4. A contratada deverá utilizar produtos que estejam em conformidade com as Norma Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas ao critério de sustentabilidade ambiental.
- 6.5. Os materiais e produtos utilizados na limpeza dos boxes, como desinfetantes e produtos para controle de ectoparasitos e outros necessários, deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar, quando notificada a qualquer tempo durante a execução do contrato, que a fabricação do produto:
 - 6.5.1. Utiliza, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;
 - 6.5.2. Utiliza materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- 6.6. As empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, com base no art. 6º da IN nº 01/2010 do MPOG:

- I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. A vistoria, caso o licitante deseje realizar, deverá ser agendada 24 (vinte e quatro) horas antes da visita, através dos seguintes contatos:

7.2.2.1. Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu: telefone (45) 3576-5702;

7.2.2.2. Delegacia de Polícia Federal em Guaíra: (44) 3642-9132.

7.3. A vistoria tem por objetivo garantir aos interessados conhecerem integralmente o objeto da licitação, garantindo que suas propostas de preços reflitam com exatidão a plena execução do contrato.

7.4. A vistoria será comprovada por:

7.4.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; de acordo com o modelo do Anexo III-B deste Termo de Referência;

7.4.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, **ou** caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão, conforme modelo do Anexo III-B deste Termo.

7.5. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pendrive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.7. A licitante **deverá** declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Os serviços serão executados considerando o seguinte quantitativo:

8.1.1.1. GRUPO I - Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR: **04 (quatro) cães** de médio e/ou grande porte;

8.1.1.2. GRUPO II - Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR: **03 (três) cães** de médio e/ou grande porte.

8.1.2. **SERVIÇOS PROGRAMADOS OU CONTÍNUOS (TRATADOR):**

a) SERVIÇOS DIÁRIOS (INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS):

a.1 – Pelo menos, duas vezes ao dia, lavar, e manter limpos, com uso de mangueira e/ou lava jato, os boxes e áreas adjacentes, incluindo pisos e paredes;

a.2 Pelo menos, duas vezes ao dia, retirar fezes e urina, vômitos, insetos e outras secreções e excrementos, visando assim manter a higiene, a saúde dos cães, como também prevenir a proliferação de doenças;

a.3 - Pelo menos, duas vezes ao dia, após as refeições, lavar os comedouros e bebedouros com água e sabão;

a.4 - Pelo menos, duas vezes ao dia, limpar e desinfetar todos os materiais de uso veterinário;

a.5 - Pelo menos, duas vezes ao dia, limpar e desinfetar a sala de inspeção e tratamento dos cães;

a.6 - Fazer anotações diárias em ficha própria de controle individual de cães;

a.7 - Rasquear os cães, bem como promover a remoção dos ectoparasitas;

a.8 - Efetuar a alimentação dos cães com a quantidade de ração previamente descrita e orientada pelo médico veterinário, em gramas e em horários pré-estabelecidos;

a.9 – Abastecer de água os bebedouros à disposição dos cães;

a.10 - Ministrando medicamentos seguindo a receita e a orientação do médico veterinário, que deverá estar anotado no quadro de medicamentos;

a.11 - Anotar e comunicar ao médico veterinário ou responsável pelo setor, quando uma cadela entrar no cio, ou qualquer situação que necessite de uma avaliação clínica. No caso de uma cadela entrar no cio, a mesma deverá ser isolada dos outros animais.

b) SERVIÇOS SEMANAIS:

b.1 - Fazer limpeza geral de todos os boxes com o uso de lava a jato, água quente e desinfetante, bem como nas canaletas, áreas adjacentes, pisos, paredes e tetos;

b.2 - Aplicar produtos para controle de ectoparasitos em todos os boxes, áreas adjacentes, pisos, paredes e gramados em volta do canil.

c) SERVIÇOS MENSALIS:

c.1 - Passar vassoura de fogo em todos os boxes e nas áreas adjacentes, incluindo pisos, paredes e tetos;

c.2 - Manter controle de peso dos animais, pesando-os em balança própria no mínimo uma vez ao mês, e adequar a quantidade de ração dada aos animais.

8.1.3. **SERVIÇOS PROGRAMADOS OU CONTÍNUOS (VETERINÁRIO):**

a) SERVIÇOS MENSALIS:

a.1 - Visita do médico veterinário ao canil da CONTRATANTE, para acompanhamento

b) SERVIÇOS SEMESTRAIS:

b.1 – Realizar hemograma completo com pesquisa de hematozoários, função renal (ureia e creatinina) e hepática (ALT ou TGP e FA), sempre nos meses de março e setembro;

b.2 – Realizar avaliação veterinária sobre a necessidade de tratamento periodontal, sempre nos meses de março e setembro. Se na avaliação for comprovada a necessidade, realizar a limpeza da placa dentária.

c) SERVIÇOS ANUAIS:

c.1 – Realizar vacinação dos cães adultos anualmente com as seguintes vacinas: Polivalente, anti-rábica, traqueobronquite e leishmaniose.

d) OUTROS SERVIÇOS:

d.1 – Sempre que necessário, serão emitidos pelo médico veterinário atestado de saúde animal, para que os mesmos possam viajar;

d.2 – A cada dois meses, os cães deverão ser consultados pelo médico veterinário;

d.3 – Realizar vermifugação nos cães, sempre nos meses de fevereiro, junho e outubro. Além disso, vermifugar os cães também quando o médico veterinário achar necessário;

d.4 - Os banhos nos cães deverão ser realizados, a cada 15 (quinze) dias, com xampu neutro (medicinal ou não), carrapaticida ou outro produto de conformidade com a prescrição do médico veterinário.

8.1.4. SERVIÇOS EVENTUAIS:

a) Os serviços eventuais deverão ser executados sempre que for necessário.

SUBITEM I - Procedimentos de Diagnóstico por Imagem e Exames Veterinários

Radiografias em cães;

Radiografias e laudos de displasia de cotovelo;

Radiografias e laudos de displasia coxofemoral;

Radiografias e laudos de coluna cervical, lombar e torácica;

Ultrassonografia;

SUBITEM II – Procedimentos Clínicos, Cirúrgicos e Ambulatoriais nas seguintes áreas Veterinárias

Clínica e cirurgia ortopédica:

Consulta ortopédica;

Redução de fraturas;

Resoluções de afecções de ligamentos;

Tratamento cirúrgico da Displasia de Cotovelo;

Cirurgia de tecidos moles:

Castração;

Hernia diafragmática;

Orquiectomia terapêutica;

Otohematoma;

Piometra;

Torção gástrica.

Cirurgias e procedimentos odontológicos:

Consulta odontológica;

Tratamento de canal;

Tratamento periodontal com presença de doença;

Extração dentária;

Clínica e cirurgia oncológica;

Consulta oncológica;

Exérese de tumor;

Quimioterapia (sessão);

Clínica e cirurgia oftálmica:

Consulta oftálmica;

Flap de terceira pálpebra;

Correção de protusão de glândula lacrimal;

Anestesiologia:

Anestesia epidural;

Anestesia geral injetável;

Bloqueio anestésico;

Sedação;

Fisioterapia:

Fisioterapia pós operatória intensiva;

Cardiologia:

Consulta cardiológica;

Eletrocardiograma;

Ecocardiograma;

SUBITEM III – Procedimentos de Patologia Clínica Veterinária

Hematologia:

Hemograma completo;
Hemograma com pesquisa de hematozoários;
Contagem de reticulócitos;
Bioquímica:
Ácido úrico;
ALT/TGP;
Amilase;
AST/TGO;
Bilirrubina frações;
Bilirrubina total;
Cálcio;
CK (creatinaquinase)
Colesterol;
Creatinina;
Fosfatase alcalina;
Fósforo;
GGT;
Glicose;
Potássio;
Lipase;
Proteínas totais;
Triglicérides;
Uréia
Urinalise:
Urinalise completa (EAS – químico, físico, sedimentos);
Parasitologia (Exame de fezes):
Método Willys-Mollay;
Método Faust;
Microscopia:
Raspado de pele;
Imprint;
Micológico;
Cultura e antibiograma;
Dosagem hormonal:
TSH;
T3;
T4;
Testosterona;
Progesterona;
Estradiol;
Imunologia e sorologia:
PCR:
Leishmaniose;
Anatomia Patológica (histopatologia):
Biópsia;
Medicina Legal:
Necrópsia;

SUBITEM IV – Procedimentos de Clínica e de Emergência Veterinária

Emergência
Aplicação de convenia (ml)
Controle vetorial contra o mosquito transmissor da leishmaniose, com colocação nos animais de coleiras de deltametrina a 4% e a sua troca a cada 03 (três) meses;
Consulta;
Consulta emergência;
Coleta de material para exame;
Emissão do Atestado Sanitário para o Trânsito de Cães e Gatos;
Eutanásia;
Fluidoterapia;
Cremação;
Internação;
Lavagem gástrica;
Medicação endovenosa;
Medicação intravascular;
Medicação oral;
Medicação subcutânea;
Medicação tópica;

Miíase;
Sutura de pele;
Vacinação raiva;
Vacinação contra traqueobronquite;
Vacinação contra leishmaniose;
Vacinação polivalente;
Serviço de traslado de animais na distância de até 1.000km (cobrança por quilômetro rodado (ida e volta). Ex: vlr do Km rodado = 1,00
Logo 2.000km*1,00 = 2.000,00. Valor da proposta será R\$ 2.000,00

8.1.5. Aos cães da Polícia Federal, de outras descentralizadas e outras forças em operação conjunta, enquanto estiverem na comarca de Foz do Iguaçu ou Guaíra, usufruirão dos serviços relacionados nos parágrafos 8.1.2 (tratador) e 8.1.3 A e D (apenas os mensais e outros serviços), e os descritos no parágrafo 8.1.4 (Serviços Eventuais) deste Termo de Referência, conforme necessidade e cobrados de acordo com a tabela constante da proposta de preços CONTRATADA para cada procedimento.

8.1.6. Os serviços e exames não elencados neste Termo de Referência e que, sem esses, poderá gerar grave risco à saúde do animal, serão avaliados e autorizados pelo fiscal do contrato.

8.1.7. TRABALHOS A SEREM DESENVOLVIDOS:

- a) Realizar, em todo animal que for submetido a procedimento cirúrgico e anestésico, os seguintes exames preparatórios: hemograma completo, TGO (AST), TGP (ALT), uréia e creatinina, ECG (em animais acima de 5 anos) e outros que sejam necessários;
- b) Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados por um cirurgião, um auxiliar e um anestesista, Médicos Veterinários graduados, especializados em sua respectiva área;
- c) O cirurgião deverá explicar a técnica a ser realizada;
- d) O anestesista deverá apresentar o protocolo anestésico completo, incluindo a medicação pré-anestésica, a droga de indução, a anestesia (droga de manutenção), a droga de recuperação (se usada) e seus respectivos antagonistas. Deverá, antes de iniciado o procedimento, ter as devidas drogas de emergência em fácil acesso e com suas respectivas doses calculadas, excetuando-se os casos emergenciais;
- e) O médico veterinário credenciado pelo contratado que não estiver fazendo os serviços a contento da contratante deverá ser substituído, a qualquer tempo a pedido de um dos responsáveis por esta Unidade de Cães de Serviço.
- f) Emitir relatórios mensais com os procedimentos realizados, assim como com os medicamentos utilizados;
- g) Os animais internados somente poderão ser medicados e submetidos à coleta de materiais laboratoriais por Médico Veterinário;
- h) As vacinas deverão ser de laboratórios que comercializem exclusivamente para clínicas, consultórios e hospitais veterinários, ou seja, vacinas éticas, não se aceitando vacinas comerciais;
- i) As vacinas deverão ser de um dos seguintes laboratórios: FORT DODGE; PFIZER, MERIAL, INTERVET ou SCHERING, ou outros que as produzam com qualidade similar aos citados.
- j) Os procedimentos profiláticos a serem realizados, deverão seguir o calendário desta unidade.

8.1.8. O estabelecimento fornecedor dos serviços eventuais elencados nos procedimentos de clínica e de emergência veterinária também deverá ter atendimento cirúrgico e internação 24 (vinte e quatro) horas. Os procedimentos de emergência deverão ser executados, de imediato, sendo, portanto obrigatória, durante o período contratual, a manutenção de instalações físicas na cidade de Foz do Iguaçu/PR – GRUPO 1 e na cidade de Guaíra/PR – GRUPO 2, com capacidade para a realização desse tipo de atendimento.

8.1.9. O estabelecimento em que os cães forem submetidos a procedimentos cirúrgicos ou internação deverá elaborar um Relatório de Recebimento, informando as condições físicas que o cão se encontra, no momento do ingresso no estabelecimento.

8.1.10. Todos os procedimentos deverão ser realizados por profissionais especializados.

8.1.11. A CONTRATADA deverá ter registro no Conselho de Medicina Veterinária e estar em conformidade com a Resolução Nº 1.275, de 25 de Junho de 2019 do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV.

8.1.12. As capacidades estruturais e técnicas dos estabelecimentos, bem como, documentos comprobatórios dos seus respectivos profissionais, deverão ser comprovados mediante vistoria por junta de servidores a ser designada pelo Chefe da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu-PR para o Grupo 1 e para o Grupo 2, que fará relatório de vistoria apurando as seguintes comprovações:

- 8.1.12.1. ambiente de recepção e espera;
- 8.1.12.2. arquivo médico físico ou informatizado;
- 8.1.12.3. recinto sanitário para uso do público, podendo ser considerados aqueles que integram um Condomínio ou Centro Comercial onde já existam banheiros públicos compartilhados, ou, ainda, quando integrar uma mesma estrutura física compartilhada com estabelecimentos médico-veterinários;
- 8.1.12.4. balança para pesagem dos animais;
- 8.1.12.5. sala de atendimento contendo:
 - a) mesa impermeável para atendimento;
 - b) pia de higienização;
 - c) unidade de refrigeração exclusiva de vacinas, antígenos, medicamentos e outros materiais biológicos;
 - d) armário próprio para equipamentos e medicamentos.
- 8.1.12.6. Setor de sustentação contendo:
 - a) lavanderia, que pode ser suprimida quando o estabelecimento terceirizar este serviço, o que deve ser comprovado por meio de contrato/convênio com empresa prestadora do serviço;
 - b) depósito de material de limpeza ou almoxarifado;
 - c) ambiente para descanso e alimentação do médico-veterinário e dos funcionários;
 - d) sanitários/vestiários compatíveis com o número dos usuários;
 - e) local de estocagem de medicamentos e materiais de consumo;
 - f) unidade refrigerada exclusiva para conservação de animais mortos e resíduos biológicos;
- 8.1.12.7. O atendimento cirúrgico, deverá dispor de:

- a) ambiente para preparo do paciente contendo mesa impermeável;
- b) ambiente de recuperação do paciente contendo:
 - 1. provisão de oxigênio;
 - 2. sistema de aquecimento para o paciente.
- c) ambiente de antissepsia e paramentação imediatamente adjacente à sala de cirurgia, com pia e dispositivo dispensador de detergente e torneiras acionáveis por fotossensor, ou através do cotovelo, joelho ou pé;
- d) sala de lavagem e esterilização de materiais contendo equipamentos para lavagem, secagem e esterilização de materiais por autoclavagem, com as devidas barreiras físicas;
- e) sala de cirurgia contendo:
 - 1. mesa cirúrgica impermeável;
 - 2. equipamentos para anestesia;
 - 3. sistema de iluminação emergencial própria;
 - 4. foco cirúrgico;
 - 5. instrumental para cirurgia em qualidade e quantidade adequadas à rotina;
 - 6. mesa auxiliar;
 - 7. paredes e pisos de fácil higienização, observada a legislação sanitária pertinente;
 - 8. provisão de oxigênio;
 - 9. sistema de aquecimento para o paciente;
 - 10. equipamentos para intubação e suporte ventilatório.
 - 11. equipamentos de monitoração que forneçam, no mínimo, os seguintes parâmetros: temperatura, oximetria, pressão arterial e frequência cardíaca;

8.1.12.8. no serviço de internação, a sala deverá dispor de:

- a) mesa impermeável;
- b) pia de higienização;
- c) ambiente para higienização do paciente com disponibilização de água corrente;
- d) baias, boxes ou outras acomodações individuais compatíveis com os pacientes a serem internados e de fácil higienização, obedecidas as normas sanitárias vigentes;
- e) armário para guarda de medicamentos e materiais descartáveis necessários ao seu funcionamento;
- f) sistema de aquecimento para o paciente.

8.1.12.9. A recuperação dos pacientes pode ocorrer, também, no ambiente cirúrgico ou na sala de internação.

8.1.12.10. A sala de lavagem e esterilização de materiais pode ser suprimida quando o estabelecimento terceirizar estes serviços, comprovada pela apresentação de contrato/convênio com a empresa prestadora dos serviços terceirizados;

8.1.13. A empresa deve possuir ou se compromete a contratar, após a assinatura do contrato, profissionais especializados na área de veterinária;

8.1.14. A empresa deverá estar localizada na área de circunscrição de Foz do Iguaçu para atender ao GRUPO 1 e Guairá/PR para atender ao GRUPO 2.

8.1.15. Em algumas situações em que a CONTRATADA não possua profissional, máquina/equipamento ou sala para algum tipo de procedimento cirúrgico especializado, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente e imediatamente, subcontratar às suas expensas outra empresa para receber o animal, com prévia anuência e acompanhamento do CONTRATANTE com observação dos critérios estabelecidos no item 13 – SUBCONTRATAÇÃO, deste Termo de Referência.

8.1.16. Todos os materiais e medicamentos necessários para a prestação dos serviços relacionados nos itens 01, 03 e 05 (Programados) e 02, 04 e 06 (Eventuais) deverão ser fornecidos pela empresa contratada, exceto os procedimentos de Medicação endovenosa, Medicação intravascular, Medicação oral, Medicação subcutânea e Medicação tópica, relacionados no Anexo II, Item IV, em que a medicação utilizada será cobrada a parte conforme a necessidade do animal.

8.1.17. O serviço de traslado de animais na distância de até 2.000km, será exclusivo, após avaliação do Fiscal do Contrato para serviços não elencados neste Termo de Referência e que possam gerar grave risco à saúde do animal. Sendo pago por quilômetro rodado (ida e volta) conforme valores demonstrados na planilha de formação de preços do CONTRATADO.

8.1.18. Os procedimentos considerados regulares serão requisitados preferencialmente entre o horário das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, podendo, em casos emergenciais, serem requisitados serviços a qualquer hora e em qualquer dia da semana.

8.1.19. Os serviços serão prestados, prioritariamente, nas instalações da empresa contratada, ou ainda eventualmente em outros estabelecimentos no raio de atuação designado conforme este Termo de Referência, com o conhecimento prévio e autorização por parte da Fiscalização, podendo eventualmente ser requisitado o atendimento na sede do setor demandante, em função de alguma necessidade eventual específica, sem ônus adicional para o Contratante.

8.1.20. Os cães serão levados pelo Contratante até o estabelecimento onde será realizado o procedimento, podendo eventualmente, em casos de necessidade, ser solicitada coleta do animal na sede do demandante.

8.1.21. Todos os procedimentos e laudos deverão ser realizados por profissional especializado, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, e nos casos em que a Contratada não dispuser de profissional qualificado, deverá ser realizado o encaminhamento a um especialista, com o conhecimento prévio e aprovação por parte da Fiscalização e às expensas da Contratada.

8.1.22. Os procedimentos profiláticos deverão seguir um cronograma a ser definido pela área demandante desta contratação de acordo com a variação da demanda observada, visando sempre à manutenção e prevenção da saúde dos cães e ao cumprimento das obrigações definidas no Edital e seus anexos.

8.1.23. Os procedimentos considerados emergenciais pela área demandante deverão ter pronto atendimento e prioridade no atendimento sobre outros casos não emergenciais;

8.1.24. Os procedimentos cirúrgicos poderão ser acompanhados pelos tutores, fiscais ou servidores atuantes na área demandante desta contratação e deverão ser realizados por uma equipe mínima formada por um cirurgião, um auxiliar e um anestesista, todos médicos veterinários graduados,

especializados em sua respectiva área;

- 8.1.25. Deverão ser emitidos relatórios mensais com os procedimentos realizados, assim como com os medicamentos utilizados;
- 8.1.26. Os animais internados somente poderão ser medicados e submetidos à coleta de materiais para exames laboratoriais por profissional graduado em medicina veterinária.
- 8.1.27. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato e emissão da primeira Ordem de Serviço, em função das demandas relativas aos procedimentos profiláticos e eventuais, ligados a manutenção da saúde dos animais de trabalho da PF.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. O hospital ou clínica veterinária deverá possuir todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços relacionados no item 8, ou assumir às suas expensas, a subcontratação de outro hospital que possibilite, no mínimo, a execução dos serviços relacionados às especialidades e procedimentos descritos abaixo:

- 9.2.1. Laboratório de Análises Clínicas;
- 9.2.2. Clínica Geral;
- 9.2.3. Clínica Cirúrgica;
- 9.2.4. Rinoscopia e Broncoscopia;
- 9.2.5. Laparoscopia e Toracoscopia;
- 9.2.6. Endoscopia;
- 9.2.7. Colonoscopia;
- 9.2.8. Ultrassonografia;
- 9.2.9. Ecocardiografia;
- 9.2.10. Radiologia;
- 9.2.11. Cirurgias articulares;
- 9.2.12. Ortopedia, Traumatologia e cirurgias ortopédicas;
- 9.2.13. Oncologia;
- 9.2.14. Cardiologia;
- 9.2.15. Tratamento de coluna vertebral;
- 9.2.16. Ecografia abdominal e pélvica;
- 9.2.17. Oftalmologia e cirurgias oftalmológicas;
- 9.2.18. Ecografia oftálmica;
- 9.2.19. Ovariectomia (esterilização das fêmeas);
- 9.2.20. Orquiectomia (esterilização dos machos);
- 9.2.21. Cirurgias oncológicas;
- 9.2.22. Anestesiologia;
- 9.2.23. Odontologia;
- 9.2.24. Cirurgia Buco-Maxilar;
- 9.2.25. Tratamento periodontal;
- 9.2.26. Radiologia odontológica;
- 9.2.27. Exodontia;
- 9.2.28. Tratamento endodôntico;
- 9.2.29. Restauração dentária;
- 9.2.30. Tártaro;
- 9.2.31. Remoção veicular;
- 9.2.32. Atendimento domiciliar (GRUPO 1 - canil da DPF/FIG/PR e GRUPO 2 - canil da DPF/GRA/PR).

9.3. Alguns exames, pela complexidade de sua natureza e custo, poderão exigir prévia autorização da CONTRATANTE.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O serviço será prestado no Canil Regional da Delegacia de Polícia Federal, conforme endereços abaixo:

10.1.1. GRUPO 01 – Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR: Avenida Paraná, 3470/3471, Centro Cívico, Foz do Iguaçu/PR, CEP: 85.863-469;

10.1.2. GRUPO 02 – Delegacia de Polícia Federal de Guaíra/PR: Praça Castelo Branco, s/n, Centro, Guaíra/PR, CEP: 85.980-000.

10.1.3. Por conveniência do serviço, o local de execução dos mesmos poderá ser alterado, contudo, caso seja necessário a mudança, não caberá à contratada qualquer tipo de compensação pecuniária, ressalvada às de observância legal.

10.2. Os serviços de forma detalhada foram elencados no item 8 deste Termo de Referência.

10.3. Os cães pertencentes ao CANIL da DPF/FIG/PR e DPF/GRA/PR serão sempre adultos com mais de 12 meses e das raças pastor alemão, pastor belga malinois ou pastor holandês, sendo que, **atualmente**, conta com 4 (quatro) e 03 (três) cães adultos de médio/grande porte, respectivamente, podendo ulteriormente aumentar ou diminuir a quantidade de animais das mesmas raças ou outras raças definidas pelo Canil Central.

10.4. O Anexo III deste Termo de Referência, denominado Modelo de **Planilha Geral de Serviços e Quantitativos**, deverá ser preenchida e entregue devidamente ajustada ao lance vencedor, atentando-se para os valores máximos admitidos pela Administração.

- 10.5. Os serviços e exames que não foram relacionados neste Termo de Referência e que, sem esses, poderá gerar grave risco à saúde do animal, serão analisados autorizados pelo fiscal do contrato após pesquisa de preços feita pela CONTRATANTE com no mínimo três empresas, podendo serem aceitas apenas duas pesquisas de preços, quando não houver empresas aptas na sede do CONTRATANTE ou quando, justificado por atestado do veterinário, que a saúde do animal não permita demora.
- 10.6. A Contratada é responsável por todos os custos, devendo considerá-los na formulação de sua proposta, de modo que deverá arcar com o eventual subdimensionamento de sua proposta.
- 10.7. Antes da assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá apresentar à CONTRATANTE o Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária dos profissionais graduados contratados.
- 10.8. O início de prestação dos serviços deverá ocorrer em 14/06/2023, tendo em vista o encerramento do contrato atual em 13/06/2023.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e apêndice, bem como de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e apêndice, e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.24. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.25. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.26. A CONTRATANTE, quando for o caso, reserva-se ao direito de pesquisar antecedentes criminais de empregados da CONTRATADA que estiverem inseridos na prestação dos serviços;
- 12.27. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.30. Comunicar previamente ao CONTRATANTE, com justificativas, e com pedido de autorização para a necessidade de relocação de atendimento de cães em outro hospital ou clínica, que não seja de propriedade do CONTRATADO.
- 12.31. Todo atendimento e tratamento deverão ser feitos em Foz do Iguaçu-PR para o Grupo I, e em Guaíra/PR para o Grupo II, salvo se este não dispuser de especialidade compatível com a necessidade. Neste caso, deve haver conhecimento prévio e autorização de um dos responsáveis pela Unidade de Cães de serviço desta descentralizada.
- 12.32. O médico veterinário credenciado pela CONTRATADA ou qualquer outro empregado que não estiver fazendo os serviços a contento da CONTRATANTE deverá ser substituído, a qualquer tempo, a pedido do fiscal do Contrato.
- 12.33. Emitir relatório mensal de todos os serviços executados.
- 12.34. Atender ao contratante todas as vezes que for solicitada, e com a urgência que o caso requeira.
- 12.35. Possuir Alvará de Funcionamento ou Licença Sanitária, emitido pela Vigilância Sanitária.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 13.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 13.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimo de 0,5% e máximo de 30%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:
- 13.4.1. as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores.

13.4.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

13.4.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13.4.4. a empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

13.4.5. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

13.4.5.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

13.4.5.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no [art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993](#); e

13.4.5.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação

13.4.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

13.4.7. São vedadas:

13.4.7.1. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas:

13.4.7.1.1.

13.4.7.1.2.

13.4.7.2. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

13.4.7.3. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda:

15.13.1. A execução dos serviços será fiscalizada por servidor da PF ou seu substituto, lotados na área demandante desta contratação, quais sejam, o GRUPO 1 -UOCS/DELEX/DPF/FIG/PR e GRUPO 2 - CANIL/DPF/GRA/PR, devidamente indicados pelo Chefe imediato e designados em portaria publicada no Aditamento Semanal.

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. Para os Serviços Programados e Eventuais: A efetiva realização dos serviços listados nos Itens 8.1.3 e 8.1.4, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, verificados pela conferência do Fiscal de Contrato e Atesto de Notas Fiscais referentes aos procedimentos

16.2.2. Para os Serviços Programados ou Contínuos (Tratador): A efetiva realização dos serviços listados no Item 8.1.2, verificados pelo Fiscal de Contrato quanto ao cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

16.2.3. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR constante neste processo será utilizado pelo Fiscal de contrato para aferição das obrigações contratadas

16.2.4. Serviços executados fora dos critérios de qualidade comuns do mercado ou com inadequação das condições estabelecidas neste Termo de Referência podem resultar em glosa parcial ou total.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no item 8.6 deste TR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada, pelo setor competente para proceder o pagamento, consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base

na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa de:**

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "IV" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens I, III, IV e V poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Registro ou Inscrição da empresa licitante na entidade profissional Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da sede da empresa, em plena validade e em conformidade com a Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- 22.3.1.1. Certificado de Funcionamento como estabelecimento de CLÍNICA VETERINÁRIA ou HOSPITAL VETERINÁRIO, conforme arts. 8º a 11º da Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, com atendimento cirúrgico e internação 24 horas; cujas opções de internação em período integral e de atendimento cirúrgico deverão ser expressamente declaradas por ocasião de seu registro no Sistema CFMV/CRMVs.
- 22.3.2. As empresas a serem contratadas deverão estar em conformidade com a Resolução nº 1.275, de 25 de Junho de 2019 emitida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, notadamente no que se refere à clínica veterinária com internação ou hospital, devendo possuir no setor de internamento, quando houver, um local de isolamento para doenças infectocontagiosas.
- 22.3.3. O médico veterinário responsável técnico deverá possuir, no mínimo, experiência no mercado não inferior a três anos, compatível com o objeto do contrato.
- 22.3.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 22.3.4.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- a) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 22.3.4.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 22.3.4.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 22.3.4.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.3.4.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.3.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
- 22.3.5.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante (Anexo IV deste Termo de Referência).
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.4.1. O Valor Global do GRUPO 1 - DPF/FIG/PR é de R\$ 382.659,17 (trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos).
- 22.4.2. O Valor Global do GRUPO 2 - DPF/GRA/PR é de R\$ 294.924,44 (duzentos e noventa e quatro mil novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos).
- 22.4.3. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 677.583,61 (seiscentos e setenta e sete mil quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos).

24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/200366

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 172371

Elemento de Despesa: 33.90.39

Plano Interno: PF99900AG23

Município de Foz do Iguaçu, 09 de maio de 2023.

Cícero de Oliveira Fontenele Moraes
Agente de Polícia Federal
Matr. 13.700

Ricardo Azevedo Oliveira
Agente de Polícia Federal
Matr. 17.414

Luciano Bastos
Agente de Polícia Federal
Matr. 17.067

Anexos:

I - Estudo Técnico Preliminar;

II - Tabela com valores unitários máximos de referência;

III - Modelo Planilha de Custos Licitantes;

IV - Modelo Vistoria ou Declaração;

V - Instrumento de Medição de Resultados (IMR).



Documento assinado eletronicamente por **CICERO DE OLIVEIRA FONTENELE MORAES, Agente de Polícia Federal**, em 18/05/2023, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO AZEVEDO OLIVEIRA, Agente de Polícia Federal**, em 18/05/2023, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29057914** e o código CRC **CD5DCA6A**.